



**Poder Legislativo Municipal do Ribeirão**  
**Casa “José Coutinho”**

---

**Resolução nº 005/2023**

**Dispõe sobre a regulamentação da apresentação, tramitação, análise, aprovação, acompanhamento e fiscalização das emendas parlamentares individuais impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual no âmbito da Câmara Municipal de Ribeirão/PE e dá outras providências.**

**A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento no art. 165 da Constituição Federal, nas Emendas Constitucionais nº 86/2015 e nº 100/2019, na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), na Lei Orgânica do Município de Ribeirão e especialmente após a Emenda à Lei Orgânica nº 01/2023;

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 1º.** Esta Resolução regulamenta o procedimento de **apresentação, tramitação, análise técnica, aprovação, acompanhamento e fiscalização das emendas parlamentares individuais impositivas** ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), no âmbito da Câmara Municipal de Ribeirão/PE.

**Art. 2º.** As emendas parlamentares individuais observarão, obrigatoriamente:

- I – a Constituição Federal;
- II – a Lei Orgânica Municipal;
- III – o Plano Plurianual vigente;
- IV – a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- V – a Lei Orçamentária Anual;
- VI – os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, transparência e rastreabilidade.

**CAPÍTULO II**



## **Poder Legislativo Municipal do Ribeirão** **Casa “José Coutinho”**

---

### **DO LIMITE E DA NATUREZA DAS EMENDAS**

**Art. 3º.** O montante destinado às emendas parlamentares individuais corresponderá ao percentual da Receita Corrente Líquida previsto na Lei Orgânica Municipal.

**§ 1º.** Do total destinado às emendas parlamentares, será observado o percentual mínimo constitucionalmente reservado às ações e serviços públicos de saúde.

**§ 2º.** É vedada a destinação de emendas para:

- I – despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – pagamento de inativos e pensionistas;
- III – encargos financeiros, juros, amortizações da dívida ou precatórios;
- IV – finalidades genéricas ou indeterminadas.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA APRESENTAÇÃO DAS EMENDAS**

**Art. 4º.** Cada Vereador poderá apresentar emendas parlamentares individuais ao Projeto de Lei Orçamentária Anual, respeitado o limite financeiro individual estabelecido pela Mesa Diretora, em consonância com a Lei Orgânica Municipal.

**Art. 5º** As emendas deverão ser apresentadas por escrito, dentro do prazo fixado no cronograma legislativo, contendo, obrigatoriamente:

- I – identificação do Vereador autor;
- II – valor da emenda;
- III – indicação do órgão ou unidade orçamentária;
- IV – programa, ação, projeto ou atividade compatível com o PPA;
- V – descrição clara e objetiva do objeto;
- VI – justificativa técnica e social;
- VII – indicação do beneficiário final, quando houver.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DA ANÁLISE TÉCNICA DAS EMENDAS**

**Art. 6º** Todas as emendas parlamentares serão submetidas à **análise técnica prévia**, antes de sua apreciação pela Comissão competente.





## **Poder Legislativo Municipal do Ribeirão**

### **Casa “José Coutinho”**

---

**§ 1º.** A análise técnica abrangerá, no mínimo:

- I – compatibilidade com o PPA, a LDO e a LOA;
- II – adequação orçamentária e financeira;
- III – viabilidade técnica e administrativa;
- IV – observância das vedações legais;
- V – clareza quanto ao objeto e ao beneficiário.

**§ 2º.** A análise técnica será formalizada em **parecer escrito**, que integrará o processo legislativo.

## **CAPÍTULO V**

### **DA TRAMITAÇÃO E APROVAÇÃO**

**Art. 7º.** As emendas consideradas tecnicamente aptas serão apreciadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, que emitirá parecer conclusivo.

**Art. 8º.** As emendas rejeitadas por inconstitucionalidade, ilegalidade ou inviabilidade técnica não poderão ser objeto de votação em Plenário.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

**Art. 9º.** A Câmara Municipal exercerá o acompanhamento e a fiscalização da execução das emendas parlamentares aprovadas, sem prejuízo das atribuições dos órgãos externos de fiscalização.

**Art. 10.** Para fins de fiscalização, o Poder Executivo deverá encaminhar à Câmara Municipal, sempre que solicitado:

- I – informações sobre o estágio de execução orçamentária e financeira;
- II – dados sobre empenho, liquidação e pagamento;
- III – relatórios de execução física do objeto;
- IV – eventuais impedimentos técnicos ou financeiros à execução.



**Poder Legislativo Municipal do Ribeirão**  
**Casa “José Coutinho”**

---

**Art. 11.** A Comissão de Finanças poderá elaborar **relatórios periódicos de acompanhamento**, os quais deverão ser divulgados no Portal da Transparência da Câmara.

**CAPÍTULO VII**

**DA TRANSPARÊNCIA**

**Art. 12.** A Câmara Municipal disponibilizará, em seu Portal da Transparência, seção específica contendo, no mínimo:

- I – relação das emendas parlamentares por Vereador;
- II – valor individual de cada emenda;
- III – objeto e finalidade;
- IV – órgão executor;
- V – situação da execução.

**CAPÍTULO VIII**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 13.** A aprovação da emenda parlamentar não exime o Poder Executivo da observância das normas legais e regulamentares aplicáveis à execução da despesa pública.

**Art. 14.** Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora, observada a legislação vigente.

**Art. 15.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, aplicando-se às emendas parlamentares apresentadas a partir do exercício financeiro subsequente.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 01 de novembro de 2023.



**Itamar Melo da Silva**  
**Presidente**